

ANTRO
PO
LOGIA
Portuguesa

Vol. 1 • 1983

Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra

Consanguinidade aparente em S. Vicente da Beira

PAULO J. GAMA MOTA

Resumo:

O presente estudo foi realizado a partir da informação fornecida pela ocorrência de casamentos consanguíneos numa população rural portuguesa, apresentando como principal característica a existência de valores bastante elevados de consanguinidade.

Procurámos, com a introdução de factores como a estrutura familiar, a divisão da terra, os movimentos demográficos e a situação geográfica, encontrar uma interpretação correcta dos resultados.

A análise feita permite concluir que a elevada consanguinidade encontrada, para a maior parte do período estudado, se deve ao grande isolamento da população e às formas de organização familiar e de apropriação da terra, as quais foram condicionadas principalmente pela migração, que teve consequências diferentes em fases distintas.

Palavras-chave:

Consanguinidade aparente. Casamentos consanguíneos. Demografia. S. Vicente da Beira.

Summary:

This study examines the frequency of consanguineous marriages in a rural portuguese population for a period of one hundred years. In addition, it explores various factors which may influence the frequency of consanguinity (family structure, division of the land, geographic situation, demographic changes).

The high levels of consanguinity found were largely determined by the isolation of the population, the family structure and the apportionment of the land. These factors were conditioned by migration which had different consequences in distinct phases.

Key words:

Apparent consanguinity. Biodemography. Consanguineous marriages. S. Vicente da Beira, Portugal.

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar a consanguinidade existente em S. Vicente da Beira, freguesia rural da Beira interior, que à partida nos pareceu ter boas condições para a observação das consequências das enormes transformações sociais e demográficas ocorridas nas zonas rurais, particularmente neste quarto de século.

Procurámos obter uma imagem, tão clara quanto possível, sobre a variação dos índices de consanguinidade aparente da população e dos factores que os influenciam, dando uma pequena contribuição para a história genética daquela.

Há bastante tempo que se conhecem os efeitos da homozigose nas populações humanas adquirindo os estudos de consanguinidade, por esta razão, um novo alcance (CISTERNAS, et al., 1979; FREIRE-MAIA, 1969). As próprias populações desenvolveram processos que lhes permitiram evitar essa tendência normal em agregados populacionais fechados e de efectivos reduzidos, erguendo restrições morais, religiosas ou outras. Não obstante, e por razões que vão desde a divisão da terra, estrutura da família, situação geográfica, até à pressão exercida pela emigração em muitas regiões do país, os índices de consanguinidade têm-se revelado bastante elevados para as comunidades rurais, em relação aos de outros países europeus. Para isso contribuiu, sem dúvida, o atraso socio-económico nos campos portugueses, as relações pré-capitalistas de produção e as enormes dificuldades de comunicação que persistiram até há bem poucos anos.

O conceito de isolado populacional foi avançado pelo sueco WALHUND em 1928 (in Sutter, 1968) com o objectivo de controlar, em grandes regiões, os processos de transmissão dos caracteres genéticos através da apreciação de unidades básicas como os «isolados». Estes seriam «a população no interior da qual cada indivíduo tem possibilidade de vir a casar». Tais isolados têm a sua expressão mais significativa em pequenas aldeias e vilas isoladas geograficamente e com fortes dificuldades de comunicação, antes do aparecimento da era industrial. A indústria veio desempenhar um papel decisivo no desmembramento de algumas destas comunidades ou, pelo menos, na destruição dos «muros» que as fechavam. No entanto, muitas

povoações rurais continuaram inalteradas, mantendo, na época do grande desenvolvimento industrial, o mesmo tipo de organização social que anteriormente possuíam. São estes «isolados» que contêm a informação mais importante e significativa para os estudos de consanguinidade.

S. Vicente da Beira, freguesia pertencente ao concelho de Castelo Branco, inclui 10 povoações dispostas, aproximadamente, ao redor da mais importante delas, a qual dá o nome à freguesia. Situada nos contrafortes da serra da Guardunha e afastada do eixo principal de comunicações Covilhã-Fundão-Castelo Branco por acidentes geográficos de difícil transposição, reúne as condições necessárias de isolamento para o estudo que procurámos realizar.

MATERIAL E MÉTODOS

O material foi obtido dos assentos de casamento dos registos paroquiais, na freguesia, para os casamentos a partir de 1910. A informação respeitante aos casamentos anteriores foi conseguida no Registo Civil de Castelo Branco, onde se encontram os respectivos registos paroquiais.

Os casamentos consanguíneos são assinalados por uma dispensa de impedimento concedida pela Igreja Católica e que, apenas, é necessária até ao 3.º grau de consanguinidade. Antes de 1918 era necessária até ao 4.º grau. Por essa razão e com o objectivo de termos uma ideia da importância dos casamentos até 4.º grau na consanguinidade aparente da população, registámos dois coeficientes de consanguinidade aparente da população: C_3 e C_4 , considerando os dados de consanguinidade até ao 3.º e até ao 4.º grau, respectivamente.

Os coeficientes C_3 e C_4 foram calculados seguindo o método descrito por BRANDÃO (1980), estando apresentados na Tabela III.

Os coeficientes de consanguinidade F foram calculados a partir das respectivas árvores genealógicas, pelo método dos coeficientes de passagem de Sewall-Wright (in CRUZ, 1976). Os traçados das árvores genealógicas e respectivos coeficientes F , encontram-se esquematizados na fig. 1.

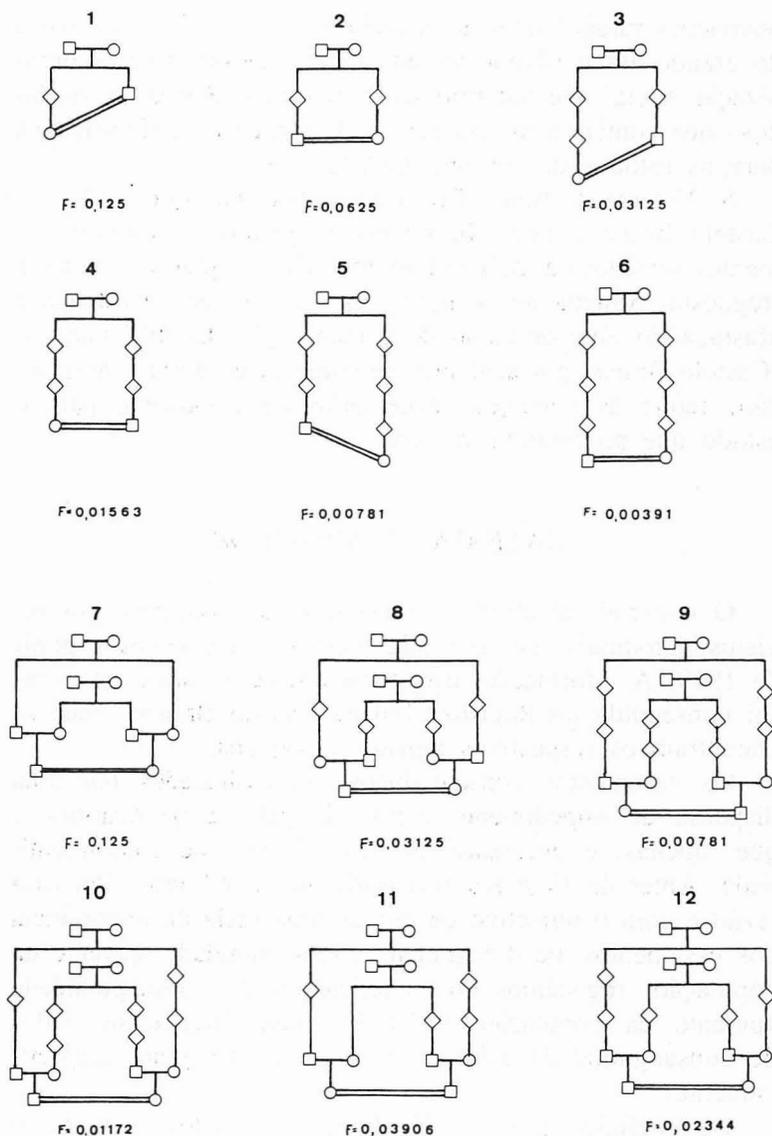
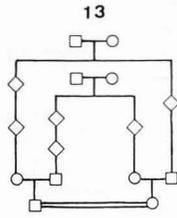
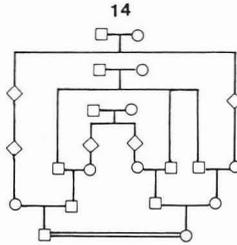


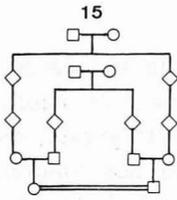
Fig. 1 — Representação gráfica dos tipos de árvores genealógicas encontradas em S. Vicente da Beira e respectivos coeficientes de consanguinidade. 1 — 2.^o grau atingente ao 1.^o; 2 — 2.^o grau; 3 — 3.^o atingente ao 2.^o; 4 — 3.^o grau; 5 — 4.^o atingente ao 3.^o; 6 — 4.^o grau; 7 — 2.^o por dois troncos; 8 — 3.^o por dois troncos; 9 — 4.^o por dois troncos; 10 — 4.^o atingente ao 3.^o por um tronco e 4.^o por outro; 11 — 3.^o atingente ao 2.^o e 4.^o atingente ao 3.^o; 12 — 4.^o atingente ao 3.^o e 3.^o por outro tronco.



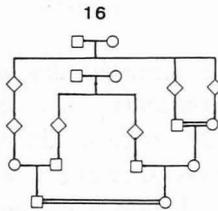
F=0,01563



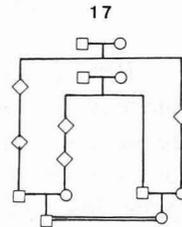
F=0,03906



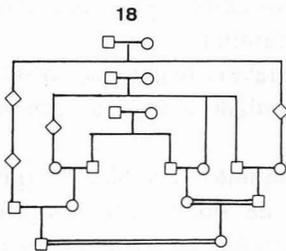
F= 0,01953



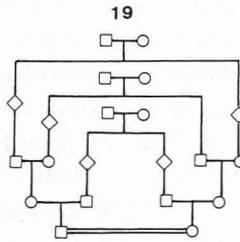
F=0,02344



F=0,02344



F= 0,03516



F= 0,02735

Fig. 1-A — 13 — 4.º grau atingente ao 3.º por dois troncos; 14 — 3.º grau por duas vias do mesmo tronco, 4.º por outro e 4.º por outro; 15 — 4.º grau por um tronco e 3.º grau por outro; 16 — 3.º grau por um tronco e 4.º grau por duas vias doutro; 17 — 4.º grau atingente ao 2.º grau por um tronco e 4.º grau atingente ao 3.º grau por duas vias de outro tronco; 18 — 3.º grau por um tronco, 4.º grau por outro e 4.º grau atingente ao 3.º grau por duas vias de outro tronco; 19 — 3.º grau por um tronco, 4.º grau por outro e 4.º grau atingente ao 3.º grau por outro.

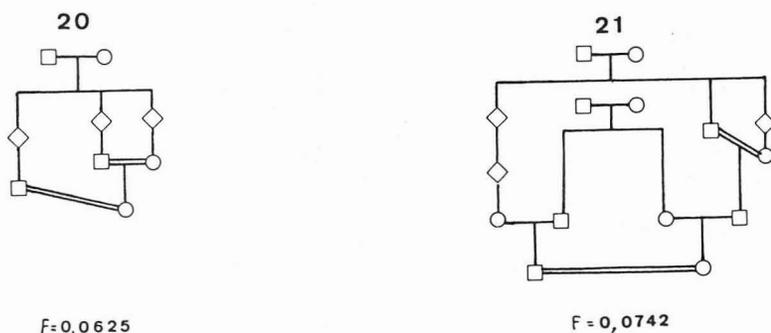


Fig. 1-B — 20 — 3.º grau atingente ao 2.º por duas vias do mesmo tronco; 21 — 2.º grau por um tronco e 4.º grau atingente ao 3.º e ao 4.º por duas vias do mesmo tronco.

Para a análise da variação dos efectivos da população, usámos os valores constantes nos censos, e para os nascimentos servimo-nos dos registos de batismo da freguesia, os quais contêm pequenas diferenças em relação aos valores reais dos nascimentos devido à mortalidade pós-natal. Quanto aos óbitos, não nos foi possível dispor dos registos na freguesia, pelo que não apresentamos resultados.

Realizámos ainda um inquérito à população, tendo entrevistado 34 indivíduos, na sua maioria mulheres, com o objectivo de saber qual o número de filhos por casal e a percentagem de pessoas que emigraram em cada família.

As análises de correlação entre variáveis realizadas, resultam da utilização directa de uma calculadora manual que já dispõe das funções programadas.

Efectuou-se a análise sobre o conjunto das aldeias que compõem a freguesia com o intuito de obter uma imagem acerca da estrutura dos casamentos naquela, para o que considerámos apenas os ocorridos entre indivíduos nascidos na zona estudada.

É possível ter uma ideia da estruturação dos casamentos ao longo de um dado período, nas (e entre) aldeias, construindo uma matriz quadrada 10×10 (são 10 aldeias) onde o elemento n_{ij} corresponde ao número de casamentos ocorridos entre homens nascidos na aldeia i e mulheres nascidas na aldeia j . Na diagonal ficam os casamentos intra-aldeia. A partir da matriz assim construída, calculamos o índice de endogamia respei-

tante à origem geográfica dos cônjuges utilizando o método introduzido por SEGALIN e JACQUARD (1971) para o estudo da homogamia socio-profissional numa vila normanda e posteriormente utilizado para os presentes fins por BOURGOIN (1978) em 4 aldeias pirenaicas.

Basicamente o método consiste na construção de duas matrizes teóricas a partir da matriz natural já referida: uma matriz panmíctica e uma matriz homogâmica, representando a primeira o comportamento da população se todos os casamentos se realizassem ao acaso e a segunda se eles fossem estritamente homogâmicos. A matriz panmíctica (P) calcula-se a partir da relação

$$p_j^i = \frac{t^i \times t_j}{T}$$

sendo t^i o número de homens da categoria i , t_j o de mulheres da categoria j e T o total geral.

A matriz homogâmica (H) pode construir-se colocando na diagonal o número mais elevado possível de casamentos intra-vila, repartindo os excedentes entre as categorias disponíveis, «encaixando-os» de forma aleatória (ver fig. 8-D).

O índice de homogamia λ calcula-se utilizando a informação das 3 matrizes. Posteriormente λ permite construir uma outra matriz que, muito próxima da nossa matriz natural, é um modelo teórico enquadrado entre as matrizes P e H e que possui as mesmas distâncias, aproximadamente, da matriz natural em relação a estas duas. O índice de homogamia (λ) é 1 (um) para o modelo homogâmico e 0 (zero) para o panmíctico e interpreta-se como a propensão dos indivíduos a casarem de forma homogâmica.

λ calcula-se através da fórmula:

$$\lambda = \frac{\sum (h_j^i - p_j^i) (n_j^i - p_j^i)}{\sum (h_j^i - p_j^i)^2}$$

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados respeitantes aos casamentos consanguíneos e aos coeficientes de consanguinidade por quinquénio encon-

tram-se nas Tabelas I e III. A análise desses valores a partir da figura 2 permite-nos registar vários aspectos importantes. A percentagem de casamentos consanguíneos, cujo grau vai até ao 3.º inclusivé, mostra-se oscilante até 1915, observando-se, a partir daquele ponto, um aumento significativo nos valores percentuais, com oscilações muito menores e que se prolonga até 1970. O acréscimo verificado a partir de 1915-20 deve-se atribuir à participação de Portugal na I Guerra Mundial e a consequente redução dos efectivos masculinos da população. O contacto com outras zonas do país, especialmente os grandes centros urbanos, mais acentuado nesta altura, veio contribuir largamente para o desencadear de um fluxo migratório a partir dos campos que nunca mais cessou e terá sido o factor determinante para o aumento da consanguinidade.

De alguns exemplos analisados (SUTTER, 1968; TWIESSELMANN, 1962; BRANDÃO, 1980; BICKER, 1982) verificámos que os períodos de consanguinidade mais elevada noutros países são anteriores e menos extensos que os dos exemplos portugueses. Tal facto deve ficar a dever-se às particularidades da situação do nosso país. Assim, os factores tidos como explicativos do aumento generalizado da consanguinidade na Europa ao longo do século XIX (SUTTER, 1968): a emigração, a prevenção dos nascimentos e o decréscimo da mortalidade, continuaram a exercer influência em Portugal durante o século XX e até um período recente (AREIA, 1981).

É precisamente essa a situação observada na população sob estudo que apresenta valores bastante elevados de consanguinidade, bem como uma significativa constância dos mesmos, se comparada com outras populações.

O número total de casamentos e o de casamentos consanguíneos apresenta uma grande correlação (0,8187), indicando uma variação muito uniforme dos dois valores. O coeficiente de consanguinidade aparente da população (C_3) revela-se, pelo contrário, com maiores oscilações, não acompanhando a variação da percentagem de casamentos consanguíneos, pelo menos aparentemente, o que pode ficar a dever-se às contribuições de cada tipo de casamento consanguíneo para o coeficiente de consanguinidade, em cada quinquénio (CISTERNAS, 1979). No entanto, as duas variáveis: C_3 e percentagem de casamentos consanguíneos, encontram-se altamente correlacio-

nadas ($r = 0,954$) — correlação quase absoluta — o que contraria a imagem aparente do gráfico.

A comparação da 1.^a com a 2.^a parte da figura 2 permite realçar a importância que a percentagem de casamentos consanguíneos até ao 4.^o grau, inclusive, tem no conjunto dos valores da consanguinidade aparente da população. Escapam, pois, à nossa análise, elementos que, sem dúvida, dariam uma contribuição importante para o aumento dos níveis obtidos da consanguinidade da população, aproximando-os dos seus valores reais. Não obstante, e como já referimos atrás, os valores do coeficiente de consanguinidade são bastante elevados, com 3 picos próximos de 0,008 no período de 1925-30, 1940-45 e 1955-60.

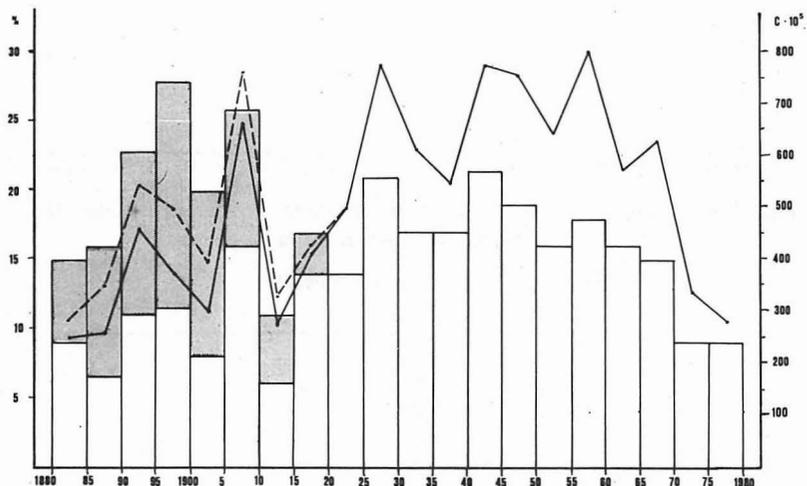


Fig. 2 — Histograma representativo da variação quinquenal da percentagem de casamentos consanguíneos até 3.^o grau e até 4.^o grau e respectivo gráfico de variação do coeficiente de consanguinidade aparente da população também até ao 3.^o grau e até ao 4.^o.

- — % de casam. consanguíneos até ao 3.^o grau — C₃
- — % de casam. consanguíneos até ao 4.^o grau - - - - C₄

O cálculo da média de idades do casamento para os dois sexos, por cada quinquénio, foi feito separadamente para os casamentos totais e para os consanguíneos. Os resultados encontram-se expressos na Tabela IV. Registe-se a tendência nítida para o abaixamento da média de idades ao longo

do período considerado, bem como o paralelismo que se observa entre as variações dos valores nos dois sexos (fig. 3) ($r = 0,8584$). As médias para os casamentos consanguíneos (fig. 4) são mais oscilantes, não existindo correlação ($r = 0.266$).

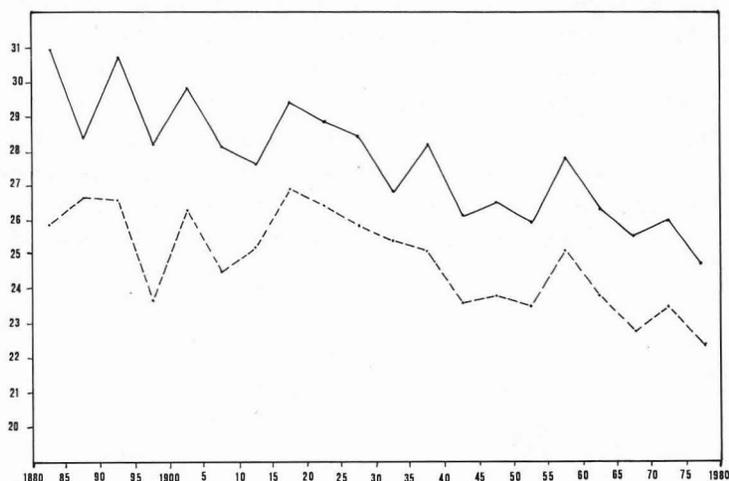


Fig. 3 — Variação quinzenal da média de idades de casamentos dos dois sexos para o conjunto da população da freguesia.

— Homens - - - - - Mulheres

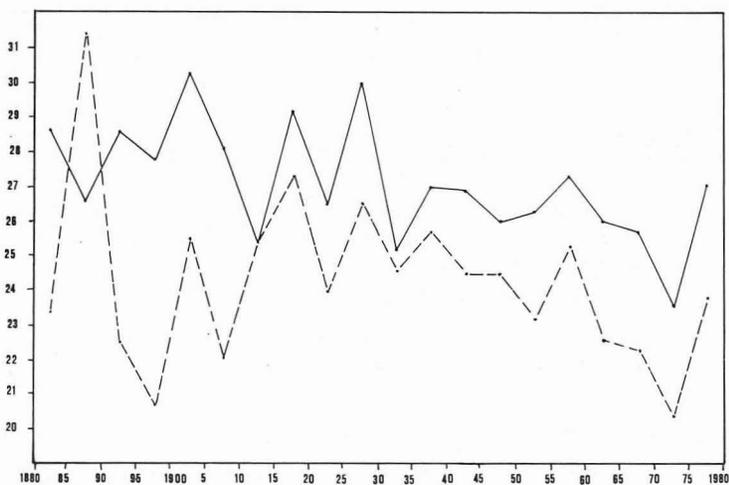


Fig. 4 — Gráfico da variação quinzenal da média de idades de casamento dos dois sexos para os casamentos consanguíneos

— Homens - - - - - Mulheres

Esta circunstância pode verificar-se facilmente se considerarmos que há um conjunto de factores de ordem económica e social, entre outros, a exercer pressão no sentido da realização de casamentos entre primos, o que permite contrabalançar o factor 'idade do par'.

Uma vez que os índices elevados de consanguinidade estão relacionados com um meio social fechado, importa verificar como se comporta a população em termos de origem preferencial dos pares. Na Tabela V encontram-se os dados referentes ao total dos casamentos, excluindo aqueles em que nenhum dos cônjuges é natural da freguesia, e ao número de casamentos exogâmicos, correspondendo a frequência de endogamia à percentagem de casamentos endogâmicos — o inverso do índice de exogamia (FREIRE-MAIA, 1969). Esta frequência tem valores muito elevados, na ordem dos 80%, indicando que a esmagadora maioria das pessoas casa no interior da freguesia.

Os valores da frequência de endogamia decrescem significativamente a partir de 1956-60 o que corresponde precisamente à fase de maior surto emigratório na região. Nos últimos dois quinquénios os valores aproximam-se de 55%, significando que metade das pessoas casa fora. De referir ainda que é também no mesmo período e a partir de 1960 que a percentagem de casamentos consanguíneos sofre uma quebra acentuada.

Nestes valores de endogamia não pudemos evitar uma falta de informação resultante da celebração dos casamentos pelo sistema matrilocal, o que deixa de fora dos nossos registos da freguesia aqueles casamentos em que o homem vai casar noutra. Tal situação confere uma menor exactidão à frequência calculada tanto mais que desconhecemos de que forma variou a tendência de celebração de casamentos de forma matrilocal.

Não há correlação observável entre a frequência de endogamia e C_3 ($r = 0,03$).

Os dados demográficos da população são bastante importantes no auxílio que prestam à explicitação dos aspectos relativos à consanguinidade. A Tabela VI contém os efectivos da população ao longo dos censos.

Na figura 5 temos uma imagem da evolução da população da freguesia. Aí se encontram dois períodos de quebra. Num deles, entre 1910 e 1920, há um decréscimo de 300 indivíduos,

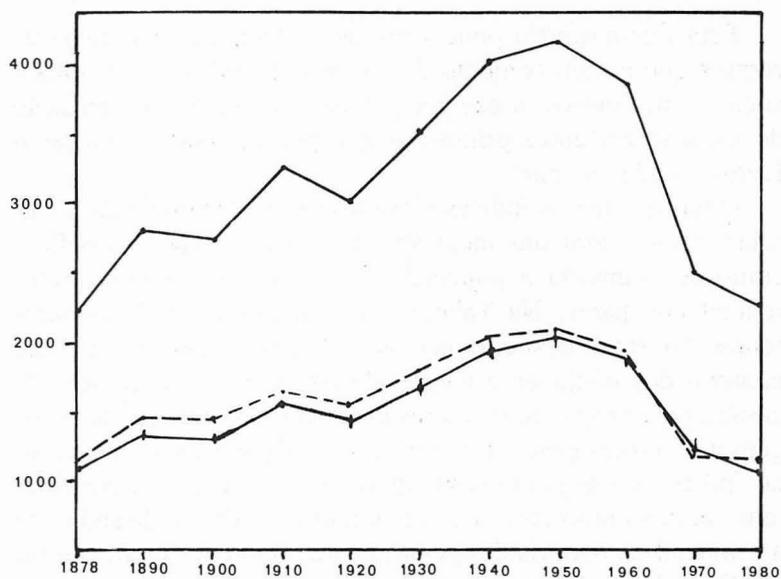


Fig. 5 — Variação dos valores dos efectivos da população, globais e por sexos obtidos a partir dos censos à população.

— Totais; —+— Homens; - - - - Mulheres

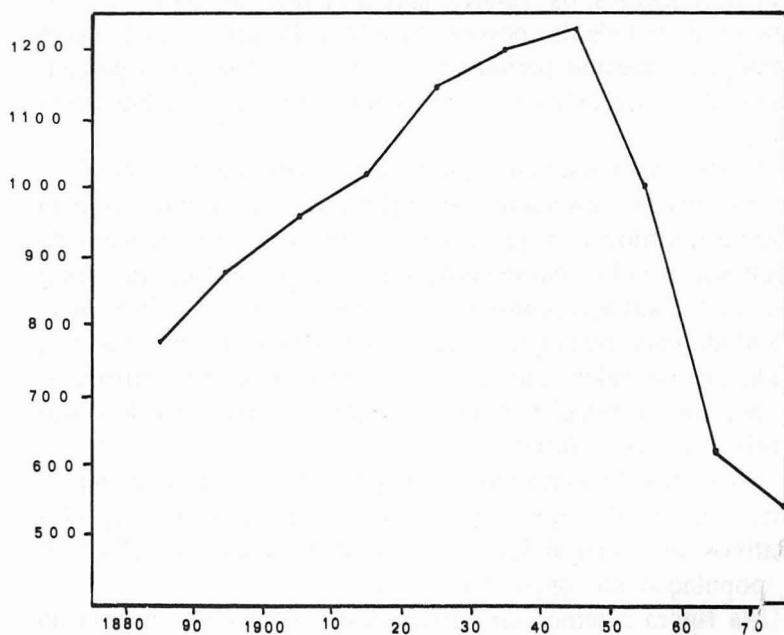


Fig. 6 — Variação decenal de número de nascimentos na freguesia. Valores obtidos dos registos de batismo.

possivelmente como resultado da mobilização masculina para a I Guerra Mundial. No entanto esse decréscimo verificou-se em ambos os sexos, pelo que a mobilização geral dos homens não chega para explicar a quebra.

A partir de 1920 a população cresce uniformemente até 1950, altura em que se observa um declínio acentuado dos efectivos, resultante da emigração, particularmente intensa nesta região do país. A variação do número de nascimentos, considerada a partir dos registos de batismos é bastante reveladora da situação, quando comparada com a variação dos efectivos da população (figs. 5 e 6). A grande semelhança entre os dois gráficos aponta para factores que influenciaram a população de forma muito acentuada e lhe alteraram profundamente a face social.

Este é, aliás, um quadro típico de muitas aldeias e vilas da Beira interior, onde o enorme êxodo, com início nos anos 50 e mais intenso a partir dos 60, vem transformar abruptamente a sua estrutura interna, provocar o envelhecimento global da população e, nos casos em que o equilíbrio não consegue ser estabelecido, conduzir mesmo ao seu desaparecimento.

A figura 7 e a correspondente tabela IX ilustram o que acabamos de afirmar; em todas as povoações que compõem a freguesia se dá um acentuado decréscimo nos efectivos.

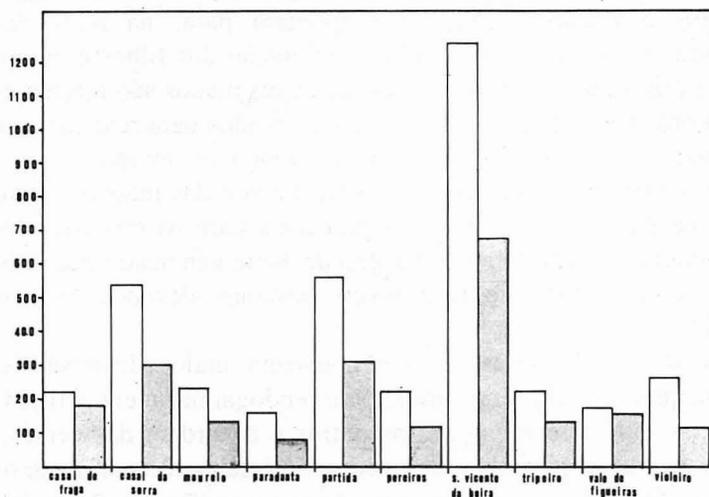


Fig. 7 — Histograma representativo da variação dos efectivos da população entre 1940 e 1981, para cada aldeia da freguesia.

□ — 1940

■ — 1981

Para melhor poder interpretar os movimentos migratórios, e uma vez que as causas são de ordem diversa, seria do máximo interesse obter dados objectivos sobre a emigração na freguesia. Tal não nos foi possível, uma vez que os dados existentes são muito gerais. Na Tabela VII estão indicados alguns valores respeitantes ao concelho de Castelo Branco, extraídos de COSTA (1982); neles estão contabilizados os valores conhecidos, faz-se uma previsão para a população no decénio seguinte e a diferença é o resultado da emigração ilegal e de outros movimentos migratórios. Migraram, de uma ou de outra forma, no decénio, 19,7% dos indivíduos residentes no concelho, correspondendo à emigração legal 11%.

Para a freguesia, a Tabela VIII contém informações recolhidas de inquéritos feitos a elementos da população residentes em S. Vicente, na sua maioria mulheres. Como resultados imediatos temos que 63,8% dos filhos dos casais interrogados residem fora da freguesia, enquanto que só 48,1% dos irmãos se encontram na mesma situação. É claro que estes valores abrangem um leque etário bastante vasto, de forma que um indivíduo de 40 anos pode ser filho de um de 70 ao mesmo tempo que pai de um de 20. Em consequência, fizemos uma partição do conjunto considerando os casos de indivíduos com mais de 45 anos e obtivemos os seguintes resultados: filhos 69,3% e irmãos 44,8%, que apontam para, na parte das pessoas mais idosas, uma maior emigração dos filhos e menor dos irmãos que no global. Como estes resultados são referentes a valores absolutos, não podem ser utilizados para realizar uma análise do fenómeno migratório ao longo do tempo.

Os resultados obtidos após o tratamento das matrizes naturais da figura 8, são muito semelhantes para os três períodos considerados, revelando uma grande homogeneidade nas condições de endogamia com níveis bastante elevados (0,8 ou 80%).

Das três matrizes, a que apresenta maior dispersão e, consequentemente, um índice de endogamia menor (0,81) — mas cuja diferença para os outros é da ordem das centésimas — é a do período mais recente. Visualmente constatamos que a dispersão mais digna de relevo se verifica na 7.^a linha, que corresponde aos homens de S. Vicente que casam em outras aldeias da freguesia.

Como as matrizes consideram apenas os casamentos no interior da freguesia, os movimentos migratórios não têm influência nos resultados, uma vez que poucos são os que regressam para casar na terra. Consequentemente os valores não são muito alterados pela migração.

A

♀ \ ♂	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2	2	9	—	—	—	—	2	—	—	—
3	—	—	8	1	2	—	—	—	1	3
4	—	—	—	4	—	—	—	1	—	—
5	—	—	1	—	13	1	1	—	1	1
6	—	—	—	—	—	5	—	—	—	—
7	1	2	—	—	1	3	54	—	2	—
8	—	—	1	—	1	—	1	4	—	1
9	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—
10	—	—	—	—	2	—	—	—	—	5

(1891-1900) $\lambda = 0,8221$

B

♀ \ ♂	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	—	1	—	—	1	—	3	—	—	—
2	—	33	—	—	—	—	2	—	—	—
3	—	—	9	1	2	1	—	—	1	—
4	—	—	1	4	1	1	1	—	—	—
5	—	1	1	—	21	—	—	—	1	1
6	—	1	—	—	1	9	—	—	1	—
7	—	2	2	1	5	—	67	—	2	—
8	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—
9	—	—	1	—	1	—	—	—	11	—
10	—	—	—	—	2	—	—	—	1	6

(1931-1940) $\lambda = 0,8472$

C

♂ \ ♀	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—
2	1	17	—	—	2	—	—	—	1	—
3	—	—	5	1	1	—	—	3	—	—
4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5	1	1	1	—	18	—	—	—	—	—
6	—	—	1	—	—	6	1	—	2	1
7	3	8	6	3	—	2	48	—	1	1
8	—	—	2	—	1	—	—	7	—	—
9	—	—	1	—	2	—	1	—	3	—
10	—	—	—	—	—	—	—	1	—	10

(1966-1975) $\lambda = 0,8192$

D

♂ \ ♀	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2	—	21	—	—	—	—	—	—	—	—
3	—	—	10	—	—	—	—	—	—	—
4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5	—	—	—	—	21	—	—	—	—	—
6	—	—	—	—	2	9	—	—	—	—
7	2	5	7	4	1	—	51	1	—	1
8	—	—	—	—	—	—	—	10	—	—
9	—	—	—	—	—	—	—	—	7	—
10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11

Fig. 8 — A, B e C — Matrizes de casamento entre as aldeias da freguesia respeitantes aos períodos 1891-1900, 1931-1940 e 1966-1975. λ é o coeficiente de endogamia calculado.

D — Exemplo de uma matriz homogâmica construída a partir de C.

É a seguinte a correspondência entre os números e as aldeias:
 1 — Casal da Fraga; 2 — Casal da Serra; 3 — Mourelo; 4 — Paradanta; 5 — Partida; 6 — Pereiros; 7 — S. Vicente da Beira; 8 — Tripeiro; 9 — Violeiro; 10 — Vale de Figueiras.

DISCUSSÃO

A consanguinidade elevada nas aldeias rurais portuguesas é um fenómeno generalizado com importância suficiente para merecer um estudo sobre os efeitos genéticos produzidos nessas populações. Existem, de resto, trabalhos realizados noutros países que conduziram a resultados bastante interessantes sobre os efeitos da consanguinidade (ver SUTTER, 1968; FREIRE-MAIA, 1969). O seu aspecto fundamental é a propensão para a homozigotia, que é tanto maior quanto maior o grau de consanguinidade e mais raro o gene.

A maioria dos autores (SUTTER, 1968; AREIA, 1981; CISTERNAS, 1979; FREIRE-MAIA, 1969) procura, utilizando os factores abaixamento da mortalidade, prevenção dos nascimentos e emigração, explicar a variação da consanguinidade nos finais do século XIX e durante este século. Para o nosso país tem sido considerada mais importante a componente migratória (AREIA, 1981 e 1983). Mas, antes de passarmos à análise desses factores, procuraremos fazer um retrato da estrutura social das zonas rurais portuguesas, especialmente do tipo de organização familiar.

Embora nos últimos anos a família nuclear, de efectivos reduzidos, tenha substituído por completo a família extensa, por razões que se prendem com o desenvolvimento industrial, a proletarização de largos sectores da população e o afluxo crescente de pessoas às grandes cidades, bem como à quebra de laços com a terra, a família extensa teve um papel basilar no fenómeno que vimos analisando. Ressalta-se que há regiões do país em que a consanguinidade se apresentou sempre baixa e a família extensa nunca constituiu a forma de organização familiar predominante, como é o caso do Alentejo (DIAS, 1954).

Sendo a terra a principal fonte de riqueza, as famílias inteiras dos agricultores dedicavam-se ao seu cultivo, já que o número de braços disponíveis era um factor de riqueza intimamente associado ao primeiro. Por esse motivo, os agricultores procuravam ter muitos filhos. Assente no direito patriarcal, a família extensa necessitava ainda, complementarmente, de se manter indivisa para que a posse e cultivo da terra fossem assegurados. Não só se combatia a divisão da terra como, em muitas circunstâncias, se preparavam os casamentos com o

objectivo de aumentar as propriedades, de onde resultavam muitos casamentos consanguíneos.

A instituição do morgadio foi, durante muitos anos, o elemento decisivo na manutenção da família extensa (DIAS, 1954 e AREIA, 1981). Nas condições do morgadio, os filhos mais novos do patriarca ficavam a ajudar na terra, eram encaminhados para o sacerdócio, ou eram ajudados a emigrar.

O crescimento demográfico e a diminuição dos potenciais agrícolas, em resultado das técnicas artesanais usadas, vêm acabar progressivamente com a família extensa. Os filhos têm que procurar outras fontes de subsistência e não vão desejar ter tantos filhos como os pais. O abandono dos campos torna-se uma constante e as populações rurais, afastadas dos centros urbanos, sofrem um processo de envelhecimento acelerado.

Do gráfico da figura 2, já analisado, tiramos a confirmação dos valores elevados de consanguinidade e observamos que o aumento se dá a partir de 1920, permanecendo com números elevados até ao período do grande surto emigratório dos anos 60 e 70. O aumento da consanguinidade prende-se com o advento da I Guerra Mundial e o início, para muitas populações, dos movimentos migratórios em direcção aos centros urbanos. A figura 5 mostra duas quebras na população e uma delas precisamente em 1920. Naturalmente a migração foi selectiva em relação aos grupos de famílias e aos indivíduos e isso terá contribuído para um aumento da consanguinidade, apesar de os efectivos continuarem a aumentar até 1950 (ver SUTTER, 1968).

A inversão de sentido do crescimento e a tendência para o declínio dos efectivos da população, permitiu, numa primeira fase, elevar a consanguinidade da população (1955-60). Mas a propagação do fenómeno teve como consequências — e aqui devemos considerar a interacção de outros factores que não apenas a emigração — a «decomposição» do agregado populacional, enquanto «isolado» e enquanto organização social rural como atrás descrevemos. Já em 1948 DAHLBERG (*in* Sutter, 1968) considerou que o desmembramento de um isolado populacional pode ser medido a partir da quebra no número de casamentos consanguíneos, por causa da estreita dependência que a consanguinidade manifesta em relação à existência do isolado populacional.

A terra perdeu grande parte do valor que tinha e a indústria passou a atrair o maior número de pessoas; a situação económica da maioria dos camponeses era difícil e a procura de emprego nas colónias ou noutros países foi a saída encontrada. Este êxodo foi mais intenso nos escalões jovens. Comparando as figuras 5 e 6, verificamos que a quebra acentuada dos nascimentos acompanhando a variação da população aponta para esse facto. Por um lado, foram os elementos mais jovens que emigraram, contribuindo para o envelhecimento precoce da população e para a quebra na natalidade observada; por outro, foi a tendência para diminuir o número de filhos por casal que também contribuiu para o efeito observado, tendência essa que é relativamente recente, como poderemos ver na Tabela VIII.

O aspecto mais significativo da variação da endogamia é o acentuado decréscimo desta nos últimos decénios, o que está em perfeita relação com o quadro de mudanças socio-económicas que vimos descrevendo. Vias de comunicação em melhores condições, desenvolvimento da indústria em regiões mais ou menos próximas, procura de fontes de subsistência que não a terra, foram elementos decisivos nesta alteração. A frequência de endogamia não reflecte directamente o fenómeno emigratório, porque são poucos os casos de indivíduos que casam na localidade de origem já depois de estarem emigrados. A dispersão é relativa a um outro tipo de migração: a imigração.

A tendência que observámos para o decréscimo da média de idades do casamento, embora com oscilações importantes, resulta possivelmente do interesse dos jovens em abandonar a casa paterna e casar mais cedo. O aparecimento de outras formas de subsistência é natural que também tenha contribuído para isso.

A análise da endogamia realizada sobre as aldeias da freguesia, feita através das matrizes de casamentos, permitiu revelar a estrutura demográfica da população estudada. Assim a freguesia é uma unidade de estudo fictícia, já que cada aldeia se comporta, por si, como um isolado populacional. O coeficiente de endogamia (λ) que se apresenta bastante elevado, indica que a maior parte dos casamentos se realiza intra-aldeia, sendo poucos aqueles casos em que os indivíduos vão casar a outra aldeia da freguesia.

Para os três períodos considerados, o valor de λ ultrapassa sempre os 80% de casamentos endogâmicos, o que revela o grande isolamento de cada povoação em relação ao conjunto.

Uma organização como a que nos é sugerida permite explicar melhor os índices elevados de consanguinidade para uma população de dimensões já razoáveis, como a da freguesia no seu conjunto, porque essa consanguinidade se refere a valores exclusivamente intra-aldeia. Em segundo lugar, esta não se comporta, no seu interior, de forma aproximadamente panmíctica como se poderia supor quando a tomamos para unidade de estudo. Tal facto não significa, no entanto, que a abordagem que fazemos perca interesse. Uma vez que as condições são tão semelhantes, é de esperar que tenha havido uma evolução paralela entre as aldeias da freguesia, já que os fenómenos que atingiram umas, atingiram também outras; situação que a figura 7 vem confirmar.

Em suma, do estudo sobre a consanguinidade em S. Vicente da Beira, podemos concluir que os elevados valores encontrados, se devem ao forte isolamento da população, às condições socio-económicas da região e à organização familiar de que depende a forma de apropriação da terra.

O factor que desempenhou um papel mais importante nas variações dos valores de consanguinidade foi a migração, a qual teve características diferentes em fases distintas e que, aliada a outras, transformou significativamente a imagem das povoações rurais do nosso interior, nas últimas décadas. S. Vicente da Beira revelou-se um exemplo modelar dessas transformações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao Jorge Mota a colaboração prestada na recolha dos dados dos registos paroquiais e na realização das entrevistas, assim como a todas as pessoas que, de uma ou outra forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

TABELA I — Número de casamentos por cada quinquênio e casamentos consanguíneos até ao 3.º e 4.º grau

Quinq.	Totais	Cons. 3.º	Cons. 4.º	Quinq.	Totais	Cons. 3.º	Cons. 4.º
1881-85	80	7	12	1931-35	122	21	—
1886-90	77	5	12	1936-40	154	26	—
1891-95	101	11	23	1941-45	144	31	—
1896-900	87	10	24	1946-50	128	24	—
1901-05	100	8	20	1951-55	146	24	—
1906-10	93	15	24	1956-60	182	32	—
1911-15	81	5	9	1961-65	171	27	—
1916-20	106	15	18	1966-70	124	19	—
1921-25	162	22	—	1971-75	170	15	—
1926-30	151	32	—	1976-80	135	12	—
Σ					2532	361	

TABELA II — Baptizados

Quinq.	Baptiz.	Quinq.	Baptiz.	Quinq.	Baptiz.
1881-85	347	1916-20	485	1951-55	522
1886-90	435	1921-25	548	1956-60	481
1891-95	449	1926-30	602	1961-65	409
1896-900	432	1931-35	609	1966-70	215
1901-05	471	1936-40	596	1971-75	261
1906-10	496	1941-45	651	1976-80	281
1911-15	534	1946-50	580		

TABELA III — Representa-se a distribuição quinquenal do total de casamentos (N), do número de casamentos consanguíneos — até 3.º e 4.º graus — e os valores do coeficiente de consanguinidade aparente da população C_3 e C_4

Quinq.	N	Cons.		$C_3 \times 10^5$	$C_4 \times 10^5$
		3.º	4.º		
1881-85	80	7	12	254	288
1886-90	77	5	12	284	355
1891-95	101	11	23	480	545
1896-900	87	10	24	377	498
1901-05	100	8	20	297	391
1906-10	93	15	24	672	769
1911-15	81	5	9	270	328
1916-20	106	15	18	413	431
1921-25	162	22	—	502	—
1926-30	151	32	—	782	—
1931-35	122	21	—	615	—
1936-40	154	26	—	548	—
1941-45	144	31	—	781	—
1946-50	128	24	—	757	—
1951-55	146	24	—	642	—
1956-60	182	32	—	807	—
1961-65	171	27	—	576	—
1966-70	124	19	—	630	—
1971-75	170	15	—	367	—
1976-80	135	12	—	278	—

TABELA IV — Médias de idade quinquenais para cada sexo, relativas ao conjunto dos casamentos e aos casamentos consanguíneos isoladamente

TOTAL DE CASAMENTOS				CONSANGUÍNEOS		
Quinq.	H	Dif.	M	H	Dif.	M
1881-85	30,9	5	25,9	28,6	5,2	23,4
1886-90	28,4	1,7	26,7	26,6	— 4,8	31,4
1891-95	30,7	4,1	26,6	28,6	6,1	22,5
1896-900	28,2	4,5	23,7	27,8	7,1	20,7
1901-05	29,8	3,5	26,3	30,3	4,8	25,5
1906-10	28,1	3,6	24,5	28,1	6	22,1
1911-15	27,6	2,4	25,2	25,4	0	25,4
1916-20	29,4	2,5	26,9	29,2	1,9	27,3
1921-25	28,8	2,4	26,4	26,5	2,5	24
1926-30	28,4	2,6	25,8	30	3,5	26,5
1931-35	26,8	1,4	25,4	25,2	0,6	24,6
1936-40	28,2	3,1	25,1	27	1,3	25,7
1941-45	26,1	2,5	23,6	26,9	2,4	24,5
1946-50	26,5	2,7	23,8	26	1,5	24,5
1951-55	25,9	2,4	23,5	26,3	3,1	23,2
1956-60	27,8	2,7	25,1	27,3	2	25,3
1961-65	26,3	2,5	23,8	26	3,4	22,6
1966-70	25,5	2,7	22,8	25,7	3,4	22,3
1971-75	26	2,5	23,5	23,6	3,2	20,4
1976-80	24,7	2,3	22,4	27,1	3,3	23,8

TABELA V — Frequência de casamentos endogâmicos ao longo do período considerado. F — é a percentagem dos casamentos endogâmicos; E — são os casamentos em que um dos cônjuges é natural de outra freguesia

Quinq.	Total	E	F
1881-85	80	14	82,5
1886-90	77	17	77,9
1891-95	100	26	74
1896-900	84	17	79,8
1901-05	98	16	83,7
1906-10	93	24	74,2
1911-15	80	12	85
1916-20	105	28	73,3
1921-25	158	31	80,4
1926-30	149	31	79,2
1931-35	122	27	77,9
1936-40	152	34	77,6
1941-45	144	35	75,7
1946-50	128	27	78,9
1951-55	144	20	86,1
1956-60	180	55	69,4
1961-65	171	60	64,9
1966-70	122	39	68
1971-75	164	75	54,3
1976-80	130	57	56,2

TABELA VI — Valores da população residente, obtidos a partir dos Recenseamentos Gerais da População

Anos	Total	H	M	Fogos
1878	2336	1108	1140	578
1890	2833	1358	1475	707
1900	2758	1324	1434	686
1910	3282	1580	1664	744
1920	3005	1461	1544	701
1930	3536	1710	1826	—
1940	4000	1957	2043	1078
1950	4185	2077	2108	—
1960	3881	1913	1968	—
1970	2505	1260	1245	882
1981	2264	1092	1172	1227

TABELA VII — Dados do concelho de Castelo Branco

População residente em 1960	Nados vivos	Óbitos	Emigração legal
63 091	9 682	5 918	6 937
População prevista para 1970	População residente em 1970	Movimentos migratórios internos e emigratórios ilegais	
59 918	54 435	— 5 483	

TABELA VIII — Amostragem da população relativa aos movimentos migratórios de filhos e irmãos

Idade	Total de filhos	Residem fora	Irmãos	Residem fora
80	1	—	(o)	—
62	3	—	7	6
73	3	3	(o)	—
75	3	3	(o)	—
60	4	1	2	1
53	5	5	4	2
72	5	5	5	—
79 (*)	7	6	3	—
45	2	1	4	4
64	7	1	1	—
50	—	—	3	3
65	—	—	5	4
60	7	6	6	—
45 (*)	3	—	7	5
59	8	7	6	4
61	2	2	9	3
59	9	6	—	—
50	2	2	5	5
55	8	4	7	2
70 (*)	1	—	2	—
76	2	2	(o)	—
64	2	2	9	2
47	8	—	3	2
80	9	9	8	5
32	2	—	6	5
40	3	—	4	4
30	2	—	1	—
23	—	—	1	—
29	2	—	1	—
27	2	(o)	5	2
39 (*)	—	—	6	1
33 (*)	2	—	5	4
34	2	2	6	3
35 (*)	2	2	4	3
	116	74	135	65
		63,8%		48,1%

(o) Informação não obtida. (*) Homens.

TABELA IX — Efectivos da população distribuidos pelas aldeias da freguesia em 1940 e em 1981

	1940	1981
Casal de Fraga	219	180
Casal da Serra	536	301
Mourela	234	128
Paradanta	163	81
Partida	557	323
Pereiros	221	125
S. Vicente da Beira	1263	675
Tripeiro	220	126
Vale de Figueiras	166	148
Violeiro	259	108
	<u>4000</u>	<u>2264</u>

BIBLIOGRAFIA

- AREIA, M. L. R. — *Evolution séculaire de l'âge moyen au mariage et ses implications biodémographiques dans les milieux ruraux (Portugal)*. Comunicação no III Congresso de Antropologia Biológica de Espanha, Santiago de Compostela, 1983. (Para publicação).
- AREIA, M. L. R. — *Aspetes socio-culturels de l'étude de la consanguinité dans les communautés rurales du Portugal*. Comunicação no XV Colóquio de Antropólogos de Língua Francesa, Bruxelas, 1981. (Para publicação).
- BICKER, J. M. B. — *Estudo da consanguinidade aparente de Folgoso*. (Trabalho não publicado — Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra), 1982.
- BOURGOIN-VU TIEN KANG, J. — *Quelques aspects de l'histoire genetique de quatre villages pyrénéens depuis 1740*. «Population», 33(3), 1978, p. 633-658.
- BRANDÃO, C. — *Consanguinidade aparente da população do concelho de Espinho*. «Trab. Inst. Antr. Fac. Ciên. Porto», 38, 1980, p. 3-20.
- CISTERNAS, J. P. et al. — *Consanguinity in Spain, 1911-1943: General methodology, behavior of demographic variables, and regional differences*. «Social Biology», 26(1), 1979, p. 55-71.
- COSTA, J. M. — *Evolução da população na região centro (1950-1976)*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1982.
- CRUZ, J. A. M. — *Cálculo do coeficiente de endocruzamento ou de consanguinidade aparente de uma população*. «Trab. Inst. Antr. Fac. Ciên. Porto», 30, 1976, p. 3-13.
- CRUZ, J. A. M. — *Consanguinidade aparente na população de Vilarinho da Furna*. «Trab. Inst. Antr. Fac. Ciên. Porto», 16, 1973, p. 1-10.
- DIAS, J. — *Ensaio etnológico*. «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», Lisboa, 52, 1961.
- FREIRE-MAIA, N. — *Recherches sur les mariages consanguins au Brésil*. «Population», 24, 1969, p. 941-950.
- SEGALEN, M.; JACQUARD, A. — *Choix du conjoint et homogamie*. «Population», 3, 1971, p. 487-498.
- SUTTER, J. — *Fréquence de l'endogamie et ses facteurs au XIX^e siècle*. «Population», 23, 1968, p. 303-324.
- TWIESSELMANN, Fr. — *Evolution du taux de consanguinité en Belgique de 1918 à 1959*. «Population», 17(2), 1962, p. 241-266.